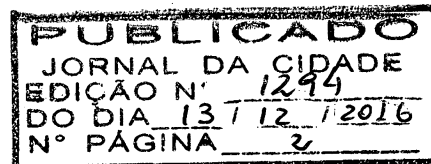




PREFEITURA  
DO MUNICÍPIO  
DE BELA VISTA  
DO PARAÍSO  
ESTADO DO PARANÁ



LEI N.º 1.129/2016.

**SÚMULA:** Fixa o valor para pagamento de Obrigações de Pequeno Valor/RPV, decorrentes de decisões judiciais, nos termos do Art.100, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal e dá outras providências.

A **Câmara Municipal de Bela Vista do Paraíso**, Estado do Paraná, aprovou e eu, **JOÃO DE SENA TEODORO SILVA**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte.

**LEI:**

**Art. 1º** - Ficam definidos como de pequeno valor, para os fins previstos nos §§ 3º e 4º do artigo 100 da Constituição Federal e no artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os débitos ou obrigações da Administração Direta e Indireta do Município, oriundos de decisões judiciais transitadas em julgado, que tenham valor igual ao do maior benefício do regime geral de previdência social.

**Parágrafo único.** Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento será feito por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente para que possa optar pelo pagamento do saldo sem precatório, na forma prevista no § 3º, do artigo 100, da Constituição Federal.

**Art. 2º** - O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de noventa dias, contados da apresentação de ordem judicial à Procuradoria do Município, instruída com certidão ou documento demonstrando o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

**Art. 3º** - Os débitos e as obrigações tratados nesta Lei, individualizados por ação judicial, deverão atender ao limite estabelecido no artigo 1º desta Lei, na data em que for apresentado o requerimento para pagamento perante a Fazenda Pública Municipal.

**Art. 4º** - Fica vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução com o intuito de fazer jus ao pagamento sem precatório.

**Art. 5º** - Os valores dos precatórios a serem liquidados na forma do Artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e Súmula Vinculante nº 07 do STF não sofrerão a incidência de juros de mora.

**Parágrafo único** - Nos casos em que haja determinação judicial transitada em julgado para o cálculo de juros compensatórios ou de juros, estes serão calculados até a data do pagamento da primeira parcela.

**Art. 6º** - A cessão de créditos decorrentes de precatórios cujos valores sejam parcelados na forma do Artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias produzirá efeitos somente depois de comunicada ao juízo da execução, no processo de origem, e intimada a entidade devedora.

**Art. 7º** - O efeito liberatório do pagamento de tributos estaduais, que venha a ser atribuído às prestações não liquidadas, nos termos do § 2º do Artigo 78 do Ato das Disposições



PREFEITURA  
DO MUNICÍPIO  
DE BELA VISTA  
DO PARAÍSO  
ESTADO DO PARANÁ

Rua Joaquim Ladeia, 150 – CEP. 86.130-000 – Fone: (0xx43) 3242-8100 E-mail: pmbvista@pmbvista.pr.gov.br

Constitucionais Transitórias, dependerá de requerimento expresso do credor ao juízo da execução, no processo de origem, e produzirá efeitos a partir da intimação da entidade devedora pela Presidência do Tribunal que houver requisitado o pagamento.

**Art. 8.º** - Observada a ordem cronológica de pagamento em cada classe, os créditos decorrentes de decisões judiciais serão ordenados nas seguintes classes, distintas e autônomas:

I - créditos decorrentes de obrigações de pequeno valor;

II - precatórios relativos a crédito de natureza alimentícia de pequeno valor;

III - precatórios relativos a créditos de natureza não alimentícia de pequeno valor;

IV - precatórios relativos a créditos de natureza alimentícia;

V - precatórios relativos a créditos de natureza não alimentícia parcelados na forma do Artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

VI - precatórios relativos a créditos de natureza não alimentícia não incluídos nos incisos anteriores.

**Art. 9º** - As despesas decorrentes desta Lei serão consignadas no orçamento municipal em vigor.

**Art. 10** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ,  
Gabinete do Prefeito, aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.  
(12/12/2016).**

**Edson Bernardes de Souza**

Dir. Deptº. de Administração

*Edson Bernardes de Souza*  
Dir. Depto. Administração  
Matricula 2-1092



*João de Sena Teodoro Silva*  
João de Sena Teodoro Silva  
Prefeito Municipal

